Docusign Envelope ID: C84CA4A4-3128-8AC4-8092-4076752DA73E

atvos

Atvos Bioenergia Brenco S.A.

CNPJ: 08.070.566/0001-00

Relatório dos administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos a seguir as demonstrações financeiras resumidas para os exercícios findos em 31 de março 2026 e 2025, acompanhadas das principais notas explicativas. As demonstrações financeiras refletem a atuação da Companhia em um exercício marcado por desafios para o setor sucroenergético. Mesmo nesse contexto, foram mantidas a solidez das operações, a continuidade dos investimentos estratégicos e a disciplina na gestão operacional, reforçando as bases para a continuidade dos negócios. São Paulo, 26 de junho de 2026.

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2026	2025
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4 (a)	258.215	228.866
Aplicações financeiras	4 (b)	4.947	4.421
Contas a receber de clientes		151.183	269.828
Estoques	5	510.904	524.451
Adiantamentos a fornecedores	5	70.561	173.315
Ativo biológico	6	332.746	435.654
Tributos a recuperar		201.440	91.492
Partes relacionadas		176.038	25.618
Instrumentos financeiros derivativos		–	3.078
Outros créditos		155.844	14.790
Total do ativo circulante		1.861.878	1.771.513
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	4 (b)	38.415	124.077
Contas a receber de clientes		548	1.096
Adiantamentos a fornecedores	5	183.137	162.101
Tributos a recuperar		87.345	72.250
Partes relacionadas		398	398
Depósitos judiciais		5.626	4.951
Outros créditos		10.424	4.425
		325.893	369.298
Investimentos		4.350	3.806
Imobilizado	7	3.868.341	3.454.384
Direito de uso	9 (a)	968.045	1.019.373
Intangível	8	263.433	278.288
Total do ativo não circulante		5.430.062	5.125.149
Total do ativo		7.291.940	6.896.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2026	2025
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores		288.106	260.655
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		1.071	825
Empréstimos e financiamentos	10	1.794	4.273
Passivos de arrendamento	9 (b)	165.927	157.838
Instrumentos financeiros derivativos		–	612
Salários e encargos		84.809	83.082
Tributos a recolher		14.274	19.413
Adiantamentos de clientes		9.817	56.536
Partes relacionadas		–	89
Outros débitos		19	19
Total do passivo circulante		565.817	583.342
Passivo não circulante			
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹		442	422
Empréstimos e financiamentos	10	–	1.734
Empréstimos e financiamentos sujeitos ao PRJ¹	10	1.691.331	1.364.744
Passivos de arrendamento	9 (b)	865.439	924.504
Instrumentos financeiros derivativos		–	3
Tributos a recolher		76.584	52.486
Provisão para contingências		27.101	24.156
Imposto de renda diferido passivo		314.545	382.988
Partes relacionadas		319.852	271.069
Total do passivo não circulante		3.295.294	3.022.106
Total do passivo		3.861.111	3.605.448
Patrimônio líquido			
Capital social		5.359.749	5.359.749
Ajuste de avaliação patrimonial		–	1.416
Prejuízos acumulados		(1.928.920)	(2.069.951)
Total do patrimônio líquido		3.430.829	3.291.214
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.291.940	6.896.662

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

¹ Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2026	2025
Receitas	11	3.174.934	3.056.998
Custo dos produtos e serviços vendidos		(2.539.646)	(2.120.811)
Lucro bruto		635.288	936.187
Despesas com vendas		(16.954)	(9.840)
Despesas administrativas e gerais		(160.951)	(195.467)
Resultado de participações societárias		544	495
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		5.953	(127.558)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		463.880	603.817
Receitas financeiras		79.017	76.283
Despesas financeiras		(456.761)	(350.382)
Variações cambiais, líquidas		(12.502)	(210)
Resultado financeiro, líquido		(390.246)	(274.309)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		73.634	329.508
Imposto de renda e contribuição social correntes		–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos		67.397	(137.551)
Lucro líquido do exercício		141.031	191.957
Lucro básico e diluído por ação - em Reais	21 (f)	3.811,65	5.188,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	2026	2025
Lucro líquido do exercício	141.031	191.957
Outros resultados abrangentes:		
Valores a serem posteriormente reconhecidos no resultado financeiro:		
Resultado com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*	(2.462)	2.462
Tributos diferidos sobre *hedge* e outros	1.046	(1.046)
Resultado abrangente do exercício	139.615	193.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes	(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de abril de 2024	6.190.288	–	(2.261.908)	3.928.380
Redução de capital	(830.539)	–	–	(830.539)
Resultados abrangentes:				
Ganho líquido com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* (i)	–	1.416	–	1.416
Lucro do exercício	–	–	191.957	191.957
Saldos em 31 de março de 2025	5.359.749	1.416	(2.069.951)	3.291.214
Resultados abrangentes:				
Perda líquida com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* (i)	–	(1.416)	–	(1.416)
Lucro do exercício	–	–	141.031	141.031
Saldos em 31 de março de 2026	5.359.749	–	(1.928.920)	3.430.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(i) Efeito reflexo da adoção da prática de *hedge accounting* e efeitos de instrumentos derivativos contratados pela Companhia.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de Reais)

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		141.031	191.957
Ajustes para:			
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)		1.412.472	1.295.460
Variação no valor justo de ativos biológicos		1.103	(151.336)
Valor justo de CBIOs		(9.649)	13.275
Resultado de participações societárias		(544)	(495)
Resultado de ativo imobilizado e direito de uso baixados	7	12.249	112.553
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	10	292.438	203.231
Ajuste a valor presente sobre passivos de arrendamento	9(b)	120.633	101.939
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(8.325)	801
Provisão atualização de depósitos judiciais		315	(2.580)
Constituição de provisão para contingências, líquidas		4.537	11.064
Imposto de renda e contribuição social		(67.397)	137.551
Provisão para perdas de crédito esperadas		623	214
Provisão para redução ao valor de realização		4.727	(10.097)
Amortização ajustes a valor justo Tranche A - aditivo PRJ	10	34.444	34.444
		1.938.657	1.937.981
Variações em:			
Contas a receber de clientes		118.570	(218.301)
Estoques e adiantamentos a fornecedores		(121.755)	(297.668)
Instrumentos financeiros derivativos		1	(1)
Tributos a recuperar		(125.043)	(50.299)
Depósitos judiciais		(990)	1.795
Outros créditos		(144.401)	4.500
Fornecedores		(5.151)	13.508
Salários e encargos		1.727	(15.705)
Tributos a recolher		18.959	20.095
Provisão para contingências - liquidações		(1.592)	(25.904)
Adiantamento de clientes		(46.719)	48.349
Outros débitos		–	(129)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		1.632.263	1.418.221
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	10	(431)	(3.400)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas		(132.057)	(113.056)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.499.775	1.301.765
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		85.136	(107.879)
Partes relacionadas		(97.818)	207.708
Aquisições do imobilizado		(381.535)	(447.334)
Aquisições do intangível	8	(5.022)	(42.214)
Novas plantações de ativos biológicos		(539.002)	(366.051)
Tratos culturais de ativo biológicos	6	(352.471)	(286.985)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento		(1.290.712)	(1.042.755)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas		(183.962)	(148.233)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	10	(4.077)	(4.686)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento		(188.039)	(152.919)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		21.024	106.091
Caixa e equivalentes de caixa			
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		8.325	(801)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		228.866	123.576
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		258.215	228.866
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		21.024	106.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2026
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: (a) A Atvos Bioenergia Brenco S.A. (adiante referida como "Brenco" ou "Companhia"), constituída em 15 de fevereiro de 2005, possui sede no município de São Paulo e unidades operacionais nos municípios de Costa Rica/MS, Alto Taquari/MT, Perolândia/GO e Mineiros/GO, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica. A controladora direta da Companhia é a Atvos Agroindustrial Participações S.A., a qual detêm 100% do capital social da Companhia, e tem como controlador final a Soneva Partners Participações Ltda. ("Soneva Partners"). A Companhia possui 4 unidades operacionais nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e têm capacidade de moagem instalada de 13,8 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 11,0 milhões de toneladas de cana no exercício findo em 31 de março de 2026 (10,8 milhões de toneladas, em 31 de março de 2025). A Companhia, sua, até então, controladora indireta a Atvos Agroindustrial S.A., e sua controladora direta, Atvos Agroindustrial Participações, e as demais empresas do grupo, Santa Luzia, Alcídia, Pontal, Rio Claro, Eldorado e Conquista do Pontal apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem o Grupo Atvos atua conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019, a qual tem efeito retroativo à data da distribuição do Pedido. O Grupo Atvos apresentou tempestivamente a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do processo, e, em Assembleia Geral de Credores ("AGC") realizada em 20 de maio de 2020 colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de sete Recuperandas, sendo apenas a recuperação judicial das Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, o juízo competente concedeu a recuperação judicial do Grupo Atvos, tendo sido aprovado um Plano de Recuperação Judicial Consolidado e Planos Individuais para as Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal. A referida decisão foi publicada em 20 de agosto de 2020. Em 15 de setembro de 2023, o juízo competente proferiu decisão decretando o encerramento da recuperação judicial do Grupo Atvos, bem como homologou os Aditamentos aos Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas, os quais previram (i) uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quirografários não financeiros (fornecedores), quanto para os credores financeiros (bancos), alongando o prazo para pagamento da dívida remanescente até dezembro de 2042; (ii) os termos e condições para realização de novo investimento; e (iii) as regras de gestão do Grupo Atvos, após a troca de controle. Tal decisão foi publicada em 20 de setembro de 2023. Informações adicionais a respeito dos Planos de Recuperação Judicial foram divulgadas nas nota explicativa nº 10. Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano. **Reforma Tributária:** Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, a qual substituirá gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pelo Imposto Seletivo (IS), tendo parte de sua implementação regulamentada em 16 de janeiro de 2025 pela Lei Complementar nº 214/2025. A legislação complementar estabeleceu período de transição de 2026 a 2032, durante o qual os sistemas atual e novo coexistem. Em 2026, primeiro ano da transição, não há recolhimento de CBS e IBS e a apuração da alíquota teste é realizada apenas para fins informativos; a mudança efetiva da carga tributária inicia-se gradualmente a partir de 2027, com a introdução progressiva das alíquotas dos novos tributos e a redução escalonada dos tributos atuais, até a substituição integral prevista para 2033. Para o ano de 2026, a única exigência é o destaque informativo de CBS e IBS nas notas fiscais, requisito com o qual a Companhia está em conformidade. Ainda, definição de alíquotas, regimes setoriais aplicáveis ao agronegócio, regras de creditamento e parâmetros de transição ainda depende de regulamentação complementar. A Companhia mantém monitoramento contínuo da regulamentação complementar e a avaliação dos potenciais impactos e serão refletidos nas demonstrações financeiras assim que forem publicadas normas definitivas que se apliquem às operações da Companhia. Consequentemente, não há qualquer efeito registrado nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2026. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (Práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis adotadas pela Companhia, incluindo as mudanças, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 26 de junho de 2026. ***2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. ***2.2 Uso de estimativas e julgamentos:*** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. *Incertezas sobre premissas e estimativas:* Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir: **Valor justo dos ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. **Perda por impairment estimada do ágio e outros ativos:** A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. **Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado e intangível:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar:** A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. Para mais detalhes. *(ii) Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC", incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e • Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa: • 6 - Ativos biológicos. **3. Políticas contábeis: 3.1 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2. **3.2 Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. ***a. Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. ***b . Estoques:*** São demonstrados ao custo médio das compras, produção ou pelos valores dos adiantamentos, ajustados, quando necessário, por provisão para perda estimada na sua realização. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo da cana-de-açúcar transferido dos ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apuradas na data do corte. Os gastos com manutenção, que aumentam a vida útil dos ativos por mais um ano e desde que não passíveis de capitalização, e a depreciação de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, são registrados nos Estoques e apropriados ao custo de produção de cada produto no decorrer da próxima safra. Créditos de descarbonização (CBIOs) é caracterizado como um ativo, na sua essência, intangível, por não ter substância física, que decorre de eventos passados e gera um direito para a Companhia. O direito nasce como consequência de uma subvenção governamental, logo seu reconhecimento inicial é tratado dentro do escopo do Pronunciamento Técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, e seu reconhecimento inicial é através do valor justo, registrado na linha de Custo dos produtos vendidos. Após a mensuração inicial, o CBIOs, por ter sua origem derivada de operações e ser comercializado pela Companhia, passa a ser tratado como estoque, e sua mensuração subsequente passa a ser o valor realizável líquido, conforme definido no CPC 16 - Estoques. Ao final do exercício a Companhia faz a comparação entre o custo de estoque do CBIOs e o seu valor realizável líquido de mercado, e caso necessário, faz o registro de *impairment*. ***c. Ativos intangíveis:*** *Ágio:* O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. Os ágios foram contabilizados antes de 31 de março de 2009, ou seja, antes da alteração ocorrida nas práticas contábeis, e são representados pela diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil da empresa adquirida. Caso seja apurado deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data de aquisição da empresa. O ágio é testado anualmente para verificar sua recuperabilidade (teste de *impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou grupo de UGCs, para fins de teste de *impairment*, dependendo do beneficiário da combinação de negócios da qual o ágio se originou. *Softwares:* As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável ou expectativa de utilização do ativo. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos, e os de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada ou expectativa de utilização do ativo. *Amortização:* A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. As taxas das vidas úteis estimada ponderadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de amortização 2026	2025
Outorga e leilão de energia	3,45	3,45
Software	20,01	20,01

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. ***d . Imobilizado:*** As terras compreendem as propriedades rurais onde são cultivadas as lavouras de cana-de-açúcar e onde estão instaladas as unidades fabris e administrativas da Companhia e não sofrem efeito de depreciação. As plantas de produção (plantas que serão utilizadas como suprimento de produtos), de acordo com o CPC27, são contabilizadas de forma semelhante a uma máquina em um processo produtivo e, portanto, classificadas como ativo imobilizado sendo mensuradas ao custo menos depreciação acumulada e perda por *impairment*. Edifícios e benfeitorias correspondem, substancialmente, às construções dos prédios da indústria, da sede administrativa e de outras benfeitorias em imóveis rurais. As máquinas e equipamentos agrícolas correspondem aos custos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas utilizados nas atividades de plantio, tratos culturais e colheita. Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico deduzida a depreciação acumulada, conforme facultado pela Lei no 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - "Adoção Inicial da Lei no 11.638/07". Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte, para as manutenções anuais. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As taxas das vidas úteis estimada ponderadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação 2026	2025
Equipamentos e instalações industriais	4,96	4,98
Edifícios e benfeitorias	2,98	3,01
Planta portadora	16,67	16,67
Máquinas e equipamentos agrícolas	10,89	10,80
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,33	8,33
Terras	N/A	N/A
Móveis e utensílios	7,10	6,90
Veículos	9,94	9,45
Equipamentos de informática	11,01	10,95

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados. Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável. ***e. Ativos biológicos:*** Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 6. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos. ***f. Empréstimos e financiamentos:*** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço. ***g. Reconhecimento de receita:*** A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito. A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme nota explicativa nº 11. A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, armazenagem, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. ***h. Direito de uso e passivos de arrendamento:*** A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma. **4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Rendimento anual	2026	Rendimento anual	2025
Caixa e bancos - no Brasil	–	3.943	–	276
Aplicações financeiras: no Brasil:	

Docusign Envelope ID: C84CA4A4-3128-8AC4-8092-4076752DA73E

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de março de 2026 - Atvos Bioenergia Brenco S.A. *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

b. Movimentação do imobilizado

	2025	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Depreciação	2026
Equipamentos e instalações industriais	1.116.185	1.577	–	118.683	(135.057)	1.101.388
Edifícios e benfeitorias	581.323	5	(5)	17.224	(40.835)	557.712
Planta portadora	981.941	–	(7.999)	433.666	(275.539)	1.132.069
Planta portadora em formação	176.729	547.805	–	(433.665)	–	290.869
Máquinas e equipamentos agrícolas	230.955	259	(4.245)	157.071	(41.932)	342.108
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.937	–	–	–	(4.855)	3.082
Terras	72.027	–	–	–	–	72.027
Móveis e utensílios	24.271	–	–	6.892	(3.009)	28.154
Veículos	64.313	–	–	123.971	(16.545)	171.739
Equipamentos de informática	18.269	–	–	22.587	(2.711)	38.145
Imobilizado em andamento (ii)	180.434	399.695	–	(449.081)	–	131.048
	3.454.384	949.341	(12.249)	(2.652)	(520.483)	3.868.341

	2024	Adições	Baixas (i)	Transferências (iii)	Depreciação	2025
Equipamentos e instalações industriais	1.179.195	334	(112.495)	193.690	(144.539)	1.116.185
Edifícios e benfeitorias	606.510	–	–	15.054	(40.241)	581.323
Planta portadora	851.329	28.009	–	350.682	(248.079)	981.941
Planta portadora em formação	161.360	366.051	–	(350.682)	–	176.729
Máquinas e equipamentos agrícolas	155.646	162	(58)	107.461	(32.256)	230.955
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.027	–	–	–	(7.090)	7.937
Terras	71.427	–	–	600	–	72.027
Móveis e utensílios	12.573	–	–	13.987	(2.289)	24.271
Veículos	37.345	–	–	33.825	(6.857)	64.313
Equipamentos de informática	11.282	–	–	8.760	(1.773)	18.269
Imobilizado em andamento (ii)	136.010	418.829	–	(374.405)	–	180.434
	3.237.704	813.385	(112.553)	(1.028)	(483.124)	3.454.384

(i) No decorrer do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico das máquinas e equipamentos industriais, para a avaliação do seu real valor, por substituição de componentes e duplicidades de manutenções realizadas ao longo de suas vidas úteis. Como resultado desta avaliação, a Companhia apurou uma baixa de R$ 109.945, líquida de depreciação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". (ii) Com o objetivo de atingir e expandir a capacidade instalada das unidades operacionais, a Companhia vem realizando uma série de investimentos, como aumento de plantio, tratos, fertirrigação, reposição de frotas agrícolas, automação da tubulação de vinhaça, sistema de monitoramento de solo, expansão de tanque. Parte substancial desses investimentos tem previsão de serem concluídos no decorrer da safra 26/27. (iii) A Companhia tem por procedimento a avaliação constante de seus ativos, bem como a análise de renovação e venda deles em leilões. No decorrer das safras 24/25 e 25/26 a Companhia identificou e segregou novos ativos no montante de R$ 2.652 em 31 de março de 2026 (R$ 1.028 em 31 de março de 2025), os quais foram disponibilizados para venda, e estão classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante. Esses ativos estão sendo incluídos no processo de venda em leilões futuros, os quais deverão ocorrer no decorrer da safra 26/27. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2026 a Companhia possuía ativo imobilizado, correspondentes a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais, planta portadora e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras no montante de R$1.489.354 (R$1.718.400 em 31 de março de 2025). Em 31 de março de 2026 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras. **8. Intangível: a. Composição**

	Custo	Amortização acumulada	2026 Líquido	2025 Líquido
Ágio sobre investimentos (i)	9.545	–	9.545	9.545
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (ii)	387.513	(173.107)	214.406	226.373
Software	53.733	(27.863)	25.870	33.609
Intangível em andamento	13.612	–	13.612	8.757
Licenças ambientais	–	–	–	4
	464.403	(200.970)	263.433	278.288

b. Movimentação do intangível

	2025	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2026
Ágio sobre investimentos (i)	9.545	–	–	–	–	9.545
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	226.373	–	–	(11.967)	–	214.406
Software	33.609	–	–	(7.901)	162	25.870
Intangível em andamento	8.757	5.017	–	–	(162)	13.612
Licenças ambientais	4	5	–	(9)	–	–
	268.743	5.022	–	(19.877)	–	253.888
	278.288	5.022	–	(19.877)	–	263.433

	2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2025
Ágio sobre investimentos (i)	9.545	–	–	–	–	9.545
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	256.808	–	–	(30.434)	–	226.374
Software	5.153	–	–	(4.984)	33.438	33.607
Software em desenvolvimento	–	42.214	–	–	(33.456)	8.758
Licenças ambientais	–	–	–	(14)	18	4
	261.961	42.214	–	(35.432)	–	268.743
	271.506	42.214	–	(35.432)	–	278.288

(i) Os ágios provenientes de investimentos apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente. (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento em 2044. ***Redução ao valor recuperável do ágio:*** De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. Em 31 de março de 2026, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 05 anos, em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto. Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2026):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de Crescimento real na perpetuidade (i)	Taxa de desconto nominal
Brenco	5,00%	12,12%

(i) O modelo não considera o crescimento nominal.

Em 31 de março de 2026, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável.

Análise de sensibilidade

Considerando o fluxo de caixa descontado projetado, em 31 de março de 2026, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável das UGCs. Com base nas sensibilidades efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil da Companhia:

	Mudanças requeridas no *carrying amount* para igualar ao montante recuperável
Taxas de desconto	7,4%
Margem LAJIDA	21,7%

9. Direito de uso e passivos de arrendamento

Em 31 de março 2026 e 2025, os saldos atribuídos aos direitos de uso são representados por:

a. Direito de uso

	Custo	Amortização acumulada	2026 Líquido	2025 Líquido
Parcerias agrícolas	1.354.377	(418.290)	936.087	961.571
Terras	–	–	–	160
Máquinas e equipamentos	79.283	(51.703)	27.580	51.137
Veículos	15.613	(12.049)	3.564	5.214
Imóveis	1.857	(1.043)	814	1.291
	1.451.130	(483.085)	968.045	1.019.373

A movimentação do direito de uso durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Imóveis	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	953.876	936	57.961	740	–	1.013.513
Adições por novos contratos e remensurações (i)	190.932	623	18.835	10.632	1.771	222.793
Baixas	(34.217)	–	(4.549)	(62)	–	(38.828)
Depreciação	(149.020)	(1.399)	(21.110)	(6.096)	(480)	(178.105)
Saldos em 31 de março de 2025	961.571	160	51.137	5.214	1.291	1.019.373
Adições por novos contratos e remensurações (i)	282.754	377	(4.324)	6.241	86	285.134
Baixas	(136.660)	–	–	–	–	(136.660)
Depreciação	(171.578)	(537)	(19.233)	(7.891)	(563)	(199.802)
Saldos em 31 de março de 2026	936.087	–	27.580	3.564	814	968.045

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola. **b. Passivo de arrendamento:** Em 31 de março 2026 e 2025, os passivos de arrendamento são representados por:

	Custo	Ajuste a valor presente	2026 Líquido	2025 Líquido
Parcerias agrícolas	1.535.411	(545.065)	990.346	1.014.282
Terras	–	–	–	1.671
Máquinas e equipamentos	42.134	(5.613)	36.521	59.037
Veículos	3.661	(122)	3.539	5.997
Imóveis	1.075	(115)	960	1.355
	1.582.281	(550.915)	1.031.366	1.082.342
Passivo circulante			165.927	157.838
Passivo não circulante			865.439	924.504

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Imóveis	Total
Saldos em 1º de abril de 2024	991.520	1.558	63.772	877	–	1.057.727
Adições por novos contratos e remensurações (i)	190.932	623	18.835	10.632	1.771	222.793
Amortização de principal	(123.432)	(510)	(18.488)	(5.387)	(416)	(148.233)
Amortização de juros	(102.519)	(38)	(9.632)	(702)	(165)	(113.056)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	91.998	38	9.099	639	165	101.939
Baixas	(34.217)	–	(4.549)	(62)	–	(38.828)
Saldos em 31 de março de 2025	1.014.282	1.671	59.037	5.997	1.355	1.082.342
Adições por novos contratos e remensurações (i)	282.754	377	(4.324)	6.241	86	285.134
Amortização de principal	(156.926)	(2.048)	(18.192)	(8.699)	(481)	(186.346)
Amortização de juros	(122.480)	(183)	(9.372)	(1.575)	(127)	(133.737)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	109.376	183	9.372	1.575	127	120.633
Baixas	(136.660)	–	–	–	–	(136.660)
Saldos em 31 de março de 2026	990.346	–	36.521	3.539	960	1.031.366

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola.

Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) tem a seguinte composição de vencimento:

	2026	2025
1º ano	165.927	157.838
2º ano	153.977	160.967
3º ano	159.820	149.695
4º ano	161.788	153.168
5º ano	164.027	152.729
A partir do 6º ano	225.827	307.945
	1.031.366	1.082.342

10. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são demonstrados líquidos dos custos incorridos na transação.

Modalidade² e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Taxa	Encargos anuais vigentes: Indexador	Moeda	2026	2025
Finem	(a)					
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	483.819	410.605
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	426.568	362.018
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	442.769	375.768
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(117.939)	(151.687)
					1.235.217	996.704
Crédito Agroindustrial	(b)					
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	46.326	39.316
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(4.037)	(5.193)
Não submetidos ao PRJ		9,38%	–	BRL	1.794	5.382
					44.083	39.505
Capital de giro	(c)					
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	240.362	203.989
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(20.949)	(26.944)
					219.413	177.045
CDCA e CPR-F	(d)					
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	70.449	59.788
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(6.140)	(7.897)
					64.309	51.891
Capital de giro sindicalizado	(e)					
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	83.235	70.640
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(7.255)	(9.331)
					75.980	61.309
Finame	(f)					
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	60.932	51.977
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) ¹	BRL	(6.809)	(8.305)
Não submetidos ao PRJ		9,68%	–	BRL	–	625
					54.123	44.297
					1.693.125	1.370.751
Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos					1.794	4.273
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos					–	1.734
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ					1.691.331	1.364.744

CDI: Cerificado de Depósito Interbancário

PRJ: Plano de Recuperação Judicial

¹ Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação do Grupo Atvos, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas à 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considera-se o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor-base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão apuradas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas nos termos do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R$14.577. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um *haircut* de R$87.954, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R$663.591, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2. ² As modalidades acima informadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Gerado de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (c) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (d) As CPR-Fs (Cédulas de Produto Rural Financeiras) foram emitidas com a finalidade de alongamento de capital de giro e ampliação de lavoura. (e) O CDCA tem como lastro uma CPR-F e foi feito via emissão privada, garantido pelo fluxo de recebíveis de contratos de fornecimento de etanol das controladas. (f) Linha de repasse de recursos do BNDES, contratada junto a um sindicato de bancos.(g) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício (descontado dos efeitos do valor justo no reconhecimento inicial):

	2026	2025
Saldo no início do exercício	1.370.751	1.141.162
Captação de empréstimos e financiamentos	–	–
Amortização de principal	(4.077)	(4.686)
Amortização de juros	(431)	(3.400)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	292.438	203.231
Amortização valor justo Tranche A	34.444	34.444
Saldo no final do exercício	1.693.125	1.370.751

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):

	2026	2025
2º ano	68.032	16.551
3º ano	68.032	59.268
4º ano	68.032	59.268
5º ano	68.032	59.268
6º ano	73.701	59.268
7º ano	90.709	64.206
A partir do 8º ano	1.831.188	1.659.489
	2.267.726	1.977.318

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2026, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R$ 1.598.300 (R$ 1.145.117, em 31 de março de 2025) e os saldos contábeis que totalizam R$ 1.693.125 (R$1.370.751, em 31 de março de 2025). **Garantias:** Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens, conforme divulgado na nota explicativa nº 7. ***Covenants:*** Em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

11. Receitas

	2026	2025
Receita bruta		
Mercado interno		
Etanol hidratado	1.510.486	1.826.566
Etanol anidro	1.381.063	1.204.463
Energia elétrica	198.890	297.434
CBIOs	94.137	4.864
Outras vendas	24.827	11.923
	3.209.403	3.345.250
Mercado externo		
Etanol hidratado	353.833	68.005
Etanol anidro	–	7.919
	353.833	75.924
Receita bruta total	3.563.236	3.421.174
(–) Tributos sobre vendas	(184.744)	(198.910)
(–) Frete sobre vendas	(154.547)	(133.200)
(–) Armazenagem	(42.646)	(30.406)
(–) Devoluções	(6.365)	(1.660)
Receita líquida total	3.174.934	3.056.998

Diretoria

Bruno Pessoa Serapião - CEO

Julio Enrique Varela Gubitosi - CFO

Contadora

Amanda Moyses Miranda - CRC/SP nº 342 440/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras estão disponíveis eletronicamente no endereço: https://publilegal.diariodenoticias.com.br/. O referido relatório do auditor independente da KPMG Auditores Independentes Ltda. sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de junho de 2026.

Sanofi Medley Farmacêutica Ltda.

CNPJ/MF nº 10.588.595/0010-92 - NIRE 35.223.011.117

58ª Alteração de Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, **Sanofi Biotechnology SAS,** CNPJ/MF 20.501.000/0001-82, representada por seu procurador**, Ricardo Barone,** RG 12.520.114-X-SSP/SP, CPF/MF 126.895.208-77, conforme procuração anexa ao processo de registro deste instrumento na JUCESP; na qualidade de única sócia da **Sanofi Medley Farmacêutica Ltda.,** CNPJ/MF 10.588.595/0010-92, com sede em Suzano/SP, Rua Conde Domingos Papaiz, 413, Jardim Natal, CEP 08613-901, com contrato social arquivado na JUCESP/NIRE 35.223.011.117, e última alteração ao contrato social arquivada perante a mesma repartição sob o nº 115.444/26-9, em 23/02/2026, decide, nos termos do artigo 1.072, §3º, da Lei 10.406 de 10/01/2002 ("Código Civil") deliberar, por escrito, a respeito das seguintes matérias e alterar o Contrato Social da Sociedade de acordo com os seguintes termos e condições: **1. Cisão Parcial com Incorporação da Parcela Cindida. 1.1.** A Sócia decide deliberar as seguintes matérias: **(i)** examinar, discutir e aprovar o "**Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Sanofi Medley Farmacêutica Ltda., com Versão de Parcela de seu Acervo Líquido à Medley Farmacêutica Ltda**." , celebrado em 30/04/2026 pela administração da Sociedade e da **Medley Farmacêutica Ltda.,** CNPJ/MF 62.946.352/0001-91, registrada perante a JUCESP/NIRE 35.268.077.567, elaborado em conformidade com o disposto no Código Civil e os artigos 224 e 225 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (Lei das S.A.), o qual estabelece os termos e condições da cisão parcial da Sociedade ("Cisão Parcial"), com versão e incorporação da parcela cindida pela Medley Farmacêutica ("Protocolo" e "Parcela Cindida", respectivamente), cuja cópia integra o Anexo I do presente instrumento; **(ii)** ratificar a contratação da sociedade **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, CNPJ/MF 08.681.365/0001-30, registrada no CRC-RJ sob o nº 005112/0-9 ("Empresa Avaliadora"), responsável pela avaliação, a valor contábil, da Parcela Cindida da Sociedade com base no balanço patrimonial da Sociedade levantado em 31/03/2026, o qual é anexo ao Laudo de Avaliação, bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação"): **(iii)** aprovar, sem ressalvas, o Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora, o qual avaliou o acervo líquido da Parcela Cindida da Sociedade em **R$ 1.943.090.288,99,** com base na avaliação a valor contábil, levantada na data base de 31/03/2026; **(iv)** aprovar a Cisão Parcial, com versão e incorporação da Parcela Cindida pela Medley Farmacêutica, nos termos do Protocolo, realizada na modalidade linha a linha, incluindo a versão de capital social no montante de **R$ 1.957.662.954,00,** bem como de reserva de ágio negativa no montante de **R$ 14.572.665,01,** resultando em um acervo líquido equivalente a **R$ 1.943.090.288,99. 1.2.** Em decorrência da Cisão Parcial, a Sócia decide aprovar a redução do capital social da Sociedade no montante de **R$ 1.957.662.954,00,** mediante o cancelamento de **1.882.368.225** quotas, com valor nominal de R$ 1,04 cada, passando de **R$ 2.211.028.999,92**, dividido em **2.125.989.423** quotas, com valor nominal de R$ 1,04 cada, para **R$ 253.366.045,92,** dividido em **243.621.198** quotas, com valor nominal de R$ 1,04 cada. **1.3.** Em razão das deliberações tomadas nos itens acima, o caput da Cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte nova redação: **"Cláusula 4ª.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de **R$ 253.366.045,92,** dividido em **243.621.198** quotas, com valor nominal de R$ 1,04 cada uma, totalmente detidas pela única sócia **Sanofi Biotechnology SAS. "1.4.** Em decorrência da Cisão Parcial, a Medley Farmacêutica assume a propriedade e operação de 2 plantas industriais atualmente operadas pela Sociedade (as "Plantas Industriais"), cada uma representando uma filial, quais sejam: **(i)** a planta industrial localizada em Campinas/SP, Rua Estácio de Sá, 1144, Gleba 1, Jardim Santa Genebra, CEP 13080-010, CNPJ/MF 10.588.595/0007-97 e NIRE 35.905.654.268 ("Planta A"): e **(ii)** a planta industrial localizada em Campinas/SP, Rua Estácio de Sá, 1490, Jardim Santa Genebra, CEP 13080-010, CNPJ/MF 10.588.595/0003-63 e NIRE 35.903.751.771 ("Planta B"). **1.5.** Em razão do disposto acima, a Sócia decide aprovar o encerramento das filiais identificadas acima como Planta A e Planta B, descritas nos itens (i) e (v) do §1º da Cláusula 1ª do Contrato Social da Sociedade, quais sejam: **(i)** Campinas/SP, Rua Estácio de Sá, 1144, Gleba 1, Jardim Santa Genebra, CEP 13080-010, CNPJ/MF 10.588.595/0007-97 e NIRE 35.905.654.268 ("Planta A"): e **(ii)** Campinas/SP, Rua Estácio de Sá, 1490, Jardim Santa Genebra, CEP 13080-010, CNPJ/MF 10.588.595/0003-63 e NIRE n9 35.903.751.771 ("Planta B"). **1.6.** Em razão das deliberações nos itens 1.4 e 1.5 acima, a Cláusula 1ª do Contrato Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Cláusula 1ª.** A Sociedade denomina-se **Sanofi Medley Farmacêutica Ltda.,** e é uma sociedade empresário limitada unipessoal, constituída no Brasil, com sede na em Suzano/SP, Rua Conde Domingos Papaiz, 413, Jardim Natal - CEP 08613-901, podendo abrir, operar e fechar filiais e/ou quaisquer estabelecimentos no Brasil e no exterior, bem como mudar sua sede, mediante deliberação de sua sócia única, observadas as disposições legais vigentes. **§1º.** As filiais da Sociedade estão localizadas nos seguintes endereços: **(i)** Santa Maria/DF, Polo de Desenvolvimento Económico JK, Lote 09, Conjunto 6 - Trecho 5, Parte B - CEP 72549-550, CNPJ/MF 310.588.595/0008-78 e registrada no NIRE (JCDF) 53.900.333.522; **(ii)** Guarulhos/SP, Avenida Julia Gaiolli, 740 - T300, Água Chata, CEP 07251-500, CNPJ/MF 10.588.595/0009-59, JUCESP/NIRE 35.904.937.355; **(iii)** São Paulo/SP, Avenida Nações Unidas, 14.401, Condomínio Parque da Cidade, Torre Sucupira, 7º, 8º e 9º andares, 10º andar, Conjunto 102, Lado B, e 11º andar, Conjunto 112, Lado B, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, CNPJ/MF 10.588.595/0012-54, JUCESP/NIRE 35.905.654.250; **(iv)** Extrema/MG, Estrada Municipal Luiz Lopes Neto, 756, Campus DHL, Galpão G300, Parte A, bairro dos Tenentes, CEP 37640-000, CNPJ/MF 10.588.595/0013-35, JUCEMG/NIRE 31.920.122.758. **§2º.** As filiais têm, cada qual, um capital destacado de R$ 4.000,00." **1.7.** A Sócia decide ratificar os atos já praticados pelos administradores da Sociedade em relação à Cisão Parcial, inclusive a assinatura do Protocolo, e autorizar que os administradores da Sociedade possam praticar todos os atos e tomar todas as demais providências necessários à implementação da Cisão Parcial e das deliberações ora aprovadas, os quais ficam investidos, desde já, dos mais amplos poderes para representar a Sociedade perante autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, incluindo juntas comerciais, secretarias federais, estaduais ou municipais, podendo promover junto aos órgãos públicos competentes as alterações que se fizerem necessárias para tais fins**. 2. Consolidação do Contrato Social. 2.1.** Em virtude das alterações acima, a Sócia resolve alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade. **Disposições Transitórias.** Exercem os cargos de diretores os seguintes administradores não sócios da Sociedade: (a) como Diretor Geral, **Fernando Antunes Sampaio**, RG 3.317.614-7-SSP/PR, CPF 587.633.259-34; (b) como Diretor Financeiro, **Ricardo Barone**, RG 12.520.114-X-SSP/SP, CPF 126.895.208-77. **E, por estar assim justa e contratada,** a Sócia assina o presente instrumento em 1 única via em formato digital. Suzano/SP, 30/04/2026. **Sócia Única: Sanofi Biotechnology SAS,** p.p. **Ricardo Barone. JUCESP -** Certifico o Rgistro sob o nº 215.307/26-4 em 15/05/2026 da empresa **Sanofi Medley Farmaceutica Ltda,** NIRE nº 35223011117, Protocolado sob o nº 2211076269. sta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/07/2026 por Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO - DRS XIII
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde XIII de Ribeirão Preto, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 61/2026, do tipo menor preço, referente ao processo n.º 024.00088136/2026-01, objetivando Aquisição de Medicamentos para atender demanda de ações judiciais. O Pregão Eletrônico de n.º 61/2026 será no dia 06/08/2026 a partir das 10:00 horas. As informações estarão disponíveis no site https://www.gov.br/pncp/pt-br;

Prefeitura Municipal de Orlândia

A **PRFEITURA MUNCIPAL DE ORLÂNDIA** faz público que se encontra aberta o PREGÃO ELETRÔNICO 96/2026 cujo objeto é **o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ÓLEO LUBRIFICANTE E FLUÍDO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**. O período de envio das propostas será a partir de 22/07/2026 às 17:00 até 05/08/2026 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da sessão de lances ocorrerá no dia 05/08/2026 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 22/07/2026. Orlândia, SP, 20 de Julho de 2026. JORGE GABRIEL GRASI. Prefeito Municipal de Orlândia.

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO - DRS XIII
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde XIII de Ribeirão Preto, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico n.º 62/2026, do tipo menor preço, referente ao processo n.º 024.00088140/2026-61, objetivando Aquisição de Medicamentos para atender demanda de ações judiciais. O Pregão Eletrônico de n.º 62/2026 será no dia 07/08/2026 a partir das 08:00 horas. As informações estarão disponíveis no site https://www.gov.br/pncp/pt-br;

DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE RIBEIRÃO PRETO - DRS XIII
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde XIII de Ribeirão Preto, licitação na modalidade de Pregão Eletrôn